

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO No _____, DE 2021 (Do Sr. ALEXIS FONTEYNE)

Apresentação: 07/04/2021 16:57 - CTASP

REQ n.26/2021

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão para discutir sobre as fraudes no auxílio emergencial e as medidas a serem adotadas pelos órgãos competentes para punir os servidores que receberam auxílio emergencial indevidamente e ressarcir os cofres públicos.

Senhor Presidente,

Venho requerer a Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário dessa Comissão, a realização de Audiência Pública para discutir sobre as fraudes no auxílio emergencial e as medidas que estão sendo adotadas pelos órgãos competentes para punir os servidores que receberam auxílio emergencial indevidamente e ressarcir os cofres públicos.

Para a audiência sugerimos convidar:

1. João Roma, Ministro de Estado da Cidadania ou representante que indicar;
2. Wagner Rosário, Ministro da Controladoria-Geral da União ou representante que indicar;
3. Ministra Ana Arraes, Presidente do Tribunal de Contas da União ou representante que indicar;
4. José Barroso Tostes Neto, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil ou representante que indicar;
5. Paulo Maiurino, Diretor-Geral da Polícia Federal ou representante que indicar;

JUSTIFICAÇÃO

Documento eletrônico assinado por Alexis Fonteyne (NOVO/SP), através do ponto SDR_56343, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



Em agosto de 2020 o Ministro da CGU, Wagner Rosário, declarou em live do presidente Jair Bolsonaro que teria estimado perdas entre **3 e 4 bilhões** de reais em recursos públicos devido a fraudes no auxílio emergencial, e que ainda não teriam o valor exato do montante despendido para pessoas que receberam o benefício indevidamente.

Àquela época, cerca de **100 mil** pessoas haviam feito o reembolso, totalizando algo próximo de **117 milhões de reais** que retornaram aos cofres públicos. Só foi possível identificar esses números quando realizado cruzamento de dados entre o Ministério da Cidadania, a Dataprev, a Caixa Econômica Federal e as informações de governos e prefeituras. Um total de 680 mil servidores teriam recebido esses valores.

Claramente há que se considerar a possibilidade de fraudes relacionadas ao roubo de dados, e a concessão do auxílio emergencial a servidores públicos que estejam dentro dos critérios de concessão do benefício, como nos casos de estagiários.

Assim, é de suma importância a realização de audiência pública para saber quais medidas foram adotadas pelos órgãos de controle interno e externo, bem como colher mais informações acerca dos dados mais atualizados do tema.

Sala das Comissões, de abril de 2021.

Deputado **ALEXIS FONTEYNE**
NOVO-SP

